

## Ala política quer decisão rápida sobre meta

Por Fabio Graner | De Brasília

Enquanto o Ministério da Fazenda avalia a conveniência de se mudar as metas fiscais deste e do próximo ano, a ala política do governo pressiona por uma solução rápida, que já seja definida até a próxima semana ou no mais tardar antes do envio do Orçamento, no fim do mês. Com isso, resolveria não só os problemas em alguns setores da máquina pública, que já estão com dificuldades de executar suas tarefas, mas também facilitaria a confecção do Orçamento de 2018, outro desafio que está dando dor de cabeça aos técnicos.

Paralelamente, começa crescer entre economistas o debate sobre a conveniência de se manter uma meta de resultado primário quando já se tem um teto de gastos, ideia que não tem respaldo na Fazenda.

Embora o cenário esteja se desenhando para uma revisão das metas deste e do próximo ano, a maior parte da área técnica, em

especial a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, se posiciona fortemente contra esse movimento e não demonstra a mesma pressa de outros setores para definir o assunto. O ministro Henrique Meirelles, por sua vez, mostrou alguma sensibilidade aos argumentos de ordem política e deixou a porta aberta para as mudanças, embora no momento esteja respaldando a visão de seus comandados diretos.

"Ninguém na Fazenda quer mudar a meta, mas também não somos messiânicos, é preciso aguardar", disse uma fonte da pasta ao Valor. Se mudar o objetivo, a ideia é que o número seja pelo menos um pouco melhor do que o déficit de R\$ 159,5 bilhões do ano passado.

Antes de definir os próximos passos, os técnicos da Fazenda seguem atentos ao comportamento das receitas e esperam o andamento de projetos importantes no Congresso após a votação do processo contra o presidente Michel Temer, como o Refis e a reoneração da folha de pagamentos. Na caça de

novos recursos, finalmente foi publicada a medida provisória que renegocia dívidas de produtores rurais e deve gerar R\$ 700 milhões ao caixa federal.

Ontem, os contrários à mudança de meta ganharam aliados de peso: os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE), que se manifestaram contra a medida, após reunião com Meirelles. O ministro voltou a apelar para que não se altere o Refis proposto -o governo estima arrecadar cerca de R\$ 13,8 bilhões.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), deixou o tema em aberto e disse que a discussão da meta será feita no "momento certo" pelos ministros Meirelles e Dyogo de Oliveira. Uma fonte do Palácio do Planalto disse que o presidente Michel Temer delegou totalmente a Meirelles a decisão sobre a revisão da meta fiscal.

A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman,





avalia que uma eventual mudança na meta fiscal é uma "declaração de descontrole" do governo na gestão das contas públicas. Para ela, a possibilidade, se efetivada, daria uma indicação negativa. "É uma sinalização ruim, mostra que o esforço foi insuficiente e infrutífero. Foi surpreendente Meirelles ter sinalizado a possibilidade de revisão", disse Ana Carla, avaliando ainda que é um sintoma de enfraquecimento da ala mais austera do governo, representada pelo Tesouro.

Para ela, a crise política está prejudicando a gestão fiscal, já que o governo teria limitação, por exemplo, para bloquear o pagamento de emendas parlamentares. Além disso, a economista também destaca que a máquina governamental ainda não comprou o ajuste fiscal e, por isso, continua gastando onde não deveria e ficando sem dinheiro para despesas mais essenciais. Ana Carla se mostra surpresa também com a reação tranquila do mercado.

Para Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério

da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV, a mudança da meta é "inevitável". "Não porque o governo desistiu, mas sim porque não tem alternativa. Porque o Refis não veio do jeito que estava, porque não haverá reoneração da folha com impacto neste ano, porque tudo o que o governo mandou de alguma forma teve seu efeito diluído no Congresso", disse Pires, lembrando ainda que há outros riscos fiscais, como o leilão das hidrelétricas da Cemig. Segundo ele, as indicações apontam risco de um resultado fiscal até pior do que os R\$ 159,5 bilhões do ano passado.

Pires é um dos defensores da tese de que, com um regime de teto de gastos, ter uma meta de resultado primário anual não faz muito sentido. O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa é outro que há tempos defende rever o sistema e trabalhar apenas com limite de gastos. Embora considere que a tese faça sentido, uma fonte do alto escalão do governo descarta a mudança, considerando que não há ambiente para isso e que é preciso garantir o esforço também nas receitas. Outra fonte da Fazenda

diz que a ideia não faz sentido quando se olha a necessidade de conter a dinâmica explosiva da dívida pública.

Pires avalia que seria preciso se construir uma transição de modelo e não fazer agora e de uma vez uma mudança dessas, que implicaria rever a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O custo de manter duas metas é alto, como essa discussão agora sobre rever a meta deste ano está deixando claro."

Pires também avalia que o ajuste fiscal deste ano de certa forma se assemelha ao de 2015, pois houve um corte elevado de despesas, alta de tributos e mesmo assim o governo foi obrigado a rever sua meta fiscal.

Ele lembra que, com a nova postura do TCU a partir de 2014, a gestão fiscal ficou mais complicada. Por isso, se for rever a meta, o economista considera que o governo precisa fazê-lo o mais rápido possível e antes do relatório de setembro, para evitar paralisação de tudo até que a nova meta seja aprovada. (Colaboraram Marcelo Ribeiro e Edna Simão, de Brasília)

## **Governo vai liberar R\$ 2,2 bilhões para gastos urgentes**

Por Edna Simão | De Brasília

O governo vai começar a liberar nos próximos dias R\$ 2,2 bilhões do orçamento para atender demandas represadas consideradas urgentes pelos ministérios. A medida tem como objetivo minimizar o efeito negativo do elevado corte de gasto feito pela equipe econômica para tentar assegurar a meta de primário deste ano, que é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

Segundo uma fonte, os recursos fazem parte de reserva orçamentária informada na semana passada pelo ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, ao apresentar o decreto de programação orçamentária para o ano. Na ocasião, o ministro detalhou o corte adicional de orçamentário de R\$ 5,9 bilhões. Com isso, no ano, o contingenciamento chegou a de R\$ 44,8 bilhões.

Dos R\$ 2,2 bilhões que serão liberados, R\$ 250 milhões irão para

a operação de segurança do governo federal no Rio de Janeiro. Outros R\$ 70 milhões para a Operação Lava-Jato. O governo também pretende pagar contratos da União por serviços prestados pelo Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social).

Além disso, também será feita destinação de algo entre R\$ 80 milhões e 90 milhões para contratação de carros pipas para o fornecimento de água no Nordeste. O governo pretende atender demanda da Secretaria de Direitos Humanos e destinar recursos para programas como Disque Mulher e Disque Denúncia. Outra parte do recurso será dirigida ainda para o seguro-rural.

Ainda receberão recursos a Polícia Rodoviária Federal, controle do espaço aéreo e agências do INSS. "Além disso, funcionamento da CBTU (Companhia Brasileira de

Trens Urbanos) e Transurb e algumas outras questões menores emergência que vamos contemplar ao longo destes dois meses", disse o ministro do Planejamento na semana passada. A liberação dos recursos será publicada gradualmente no Diário Oficial da União (DOU).

Recentemente, o forte contingenciamento de gastos está comprometendo a realização de alguns serviços para a sociedade. A possibilidade de paralisação da máquina pública para assegurar a meta de déficit gera pressão política para que a equipe econômica altere o objetivo para o ano, permitindo mais gastos.

Na semana passada, o ministro do Planejamento explicou o corte adicional de gastos de R\$ 5,9 bilhões vai prejudicar, principalmente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que agrega obras que o governo federal considera como prioritárias, que vai perder R\$ 7,487 bilhões.

## O "rombo fiscal" é irrelevante

Por Francisco Lafaiete Lopes

Um avanço importante da ciência econômica nos últimos anos foi demonstrar que uma boa política macroeconômica deve se basear não em decisões discricionárias do governo, mas em regras transparentes. No Brasil, com o Comitê de Política Monetária (Copom) e o regime de metas inflacionárias, este princípio está consolidado na política monetária.

Recentemente, a Emenda Constitucional 95 de 2016 estabeleceu uma sistemática de teto para os gastos públicos que introduz o mesmo princípio na política fiscal. Não obstante, nem o governo, nem a mídia, nem a opinião pública esclarecida parecem ter realmente absorvido o significado do novo regime fiscal. A prova está nessa conversa agora sobre o "rombo fiscal", com direito a críticas a uma eventual revisão da "meta fiscal" de 2017.

O que parece não ter sido entendido é que a meta fiscal agora é o total dos gastos públicos. Esse

tem que ser o único objetivo da política fiscal. Não existe uma meta simultânea para o resultado primário, que é a diferença entre os totais de receitas e gastos.

"O que parece não ter sido entendido é que a meta fiscal agora é o total dos gastos públicos"

Parece que as pessoas ainda não se deram conta de que mudou o regime fiscal. É claro que a Lei Orçamentária Anual (LOA) continuará estabelecendo uma estimativa para o resultado primário do ano, mas essa estimativa não é uma meta. É apenas a diferença entre a projeção para o total das receitas e a meta para o total dos gastos como definido pela Emenda 95.

A estimativa para o resultado primário só será igual ao valor observado se a projeção para as receitas for correta, mas não faz sentido falar em "rombo fiscal" se houver um erro de projeção, como parece estar acontecendo neste ano.

A sistemática da Emenda 95 já definiu as metas de gastos para 2017

e 2018. Ela estipula um aumento de 7,2% para 2017 e, com base na inflação em 12 meses do IPCA observada até junho, de 3% para 2018. Isto significa um total da ordem de R\$ 1,33 trilhão para 2017 e de R\$ 1,37 trilhão para 2018. Essas são as metas a serem cumpridas. Não importa se a estimativa de R\$ 139 bilhões para o déficit primário do governo central em 2017 vai ser "estourada" em cerca de R\$ 35 bilhões. Isto é totalmente irrelevante, não deveria ser motivo de preocupação nem para a mídia nem para o governo.

As expectativas dos agentes privados dependem da avaliação que fazem sobre o compromisso do governo com a meta fiscal. Não é admissível que exista dúvida sobre qual é a meta. Sob essa ótica, a recente mudança na tributação da gasolina foi um equívoco, já que sinalizou que o governo continua preocupado com a estimativa da lei orçamentária, como se estivesse esquecendo que essa estimativa não é mais a meta da política fiscal. O que tem impacto negativo sobre as expectativas não é o eventual





"rombo" na estimativa do resultado primário: é a demonstração de insegurança com o novo regime fiscal.

Vejamos então o que realmente interessa. Como está o desempenho da política fiscal tendo em vista a meta de gastos já definida para 2017? Há uma forma muito simples de monitorar isso. Some o total de gastos realizados nos últimos 12 meses, de julho de 2016 a junho de 2017. Em seguida calcule a variação percentual desse total em relação a um total semelhante defasado em 12 meses, isto é, em relação ao total para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

Naturalmente você pode repetir o mesmo cálculo para qualquer mês e o que a Emenda 95 estabelece é que, no cálculo para o próximo mês de dezembro, essa variação

percentual não poderá exceder 7,2%. Esse é o indicador que deve ser acompanhado e o resultado do cálculo com os últimos dados disponíveis mostra que a política fiscal está no caminho certo. Foi registrada uma variação de 5,2% para o total dos gastos até junho, ainda confortavelmente abaixo dos 7,2%. Já sabemos que, para 2018, o mesmo tipo de monitoramento deverá ser realizado com percentual mais reduzido, de 3%.

É verdade que, quando analisamos os componentes dos gastos totais usando esse mesmo tipo de cálculo, observamos que as despesas com Previdência e pessoal estão com variações acima da meta, enquanto as outras despesas obrigatórias e as despesas discricionárias são as que mantêm o percentual do total dentro do limite de 7,2%. Nas outras despesas

obrigatórias, em particular, temos uma variação negativa de quase 20%.

Isso mostra que a evolução das despesas com pessoal ainda tem que ser ajustada à meta de 7,2%, o que pode ocorrer sem maior dificuldade, desde que seja monitorada com cuidado. Mostra também, o mais importante, que sem a reforma da Previdência teremos um desequilíbrio permanente, que não poderá ser sustentado indefinidamente. São os desafios da política fiscal neste momento, que nada têm a ver com o suposto "rombo" na estimativa do resultado primário.

Francisco Lafaiete Lopes é PhD por Harvard, sócio da consultoria Macrométrica e ex-presidente do BC

## **Déficit orçamentário do Rio não será zerado em 3 anos, admite secretário**

Por Rodrigo Carro | Do Rio

O secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Gustavo Barbosa, reconheceu que o déficit orçamentário do governo fluminense não será zerado em três anos. Na segunda-feira, o Estado do Rio solicitou sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal - criado para socorrer Estados em dificuldades financeiras - por um prazo de três anos e renováveis por mais três.

"O 'gap' é muito grande. Não há possibilidade de zerar o déficit em três anos", afirmou Barbosa em entrevista ao Valor. A previsão oficial de déficit orçamentário para o Estado do Rio este ano é de R\$ 21 bilhões.

O secretário explicou que o plano de recuperação fiscal entregue ontem à Secretaria do Tesouro Nacional foi pensado para um período de seis anos. Isso não significa, necessariamente, que vá haver uma renovação do Regime de Recuperação Fiscal após o término do período inicial de 36 meses. Tudo vai depender de decisão do próximo governador do Rio de Janeiro. "Ele

vai ter de avaliar se a retirada do plano é, realmente, a [opção] mais vantajosa", disse Barbosa.

O secretário frisou que os impactos positivos gerados pelo aumento de receitas e pela contenção de gastos devem se refletir já nos primeiros 36 meses de vigência do regime.

"Que há convergência em três anos [na direção do reequilíbrio financeiro], não há dúvida", afirmou. O plano apresentado anteontem como parte do processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal ainda está em fase de homologação.

As projeções da Fazenda fluminense indicam uma economia da ordem de R\$ 21 bilhões com a suspensão dos pagamentos de juros e do principal da dívida do Estado com a União.

O governo do Rio de Janeiro estima também que a redução nos incentivos fiscais concedidos pelo Estado proporcione uma redução de despesas de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões ao longo de seis anos.

## Crises política e fiscal

O presidente Temer chega no dia em que a Câmara dos Deputados vai ler, discutir e votar a denúncia contra ele por corrupção passiva com um sinal vermelho nas contas públicas, justamente o que ele prometia começar a resolver no começo do seu governo. O teto de gastos não tem a ver com a meta. O governo está respeitando o teto que ele mesmo votou, mas não consegue debelar a crise fiscal.

O que o presidente fez nos últimos dias para se manter no cargo deu a impressão de aumento descontrolado de gastos. Na verdade, ele usou politicamente uma prerrogativa que estava no Orçamento, que é a de liberar as emendas de parlamentares. O nó fiscal que ele não conseguiu desatar até o momento tem a ver com a continuidade da recessão e o erro de contar excessivamente com receitas de vento, que, por sua natureza, podem se esvanecer ou se confirmar. Nos últimos dias, o vento levou a maioria das conjecturas de arrecadação.

Um presidente que mostra tanta vontade de permanecer no cargo, mesmo diante da óbvia fraqueza de ter apenas 5% de apoio na população, expõe o cargo às pressões e chantagens da base. Qualquer agenda impopular é difícil

tocar neste momento. Isso também o torna inadequado para o posto de presidente, porque é fundamental insistir em temas impopulares para tentar pôr ordem na casa.

Um exemplo foi o que aconteceu com a proposta de refinanciamento das dívidas tributárias. Era para arrecadar R\$ 13,3 bilhões e se transformou, graças ao relatório do deputado peemedebista Newton Cardoso Junior, na farra do perdão a quem deve ao governo. Basta pagar 20% da dívida que o resto terá um abatimento de 99%. Tudo o que resta ao governo é deixar cair a proposta. Que ela caduque antes que provoque mais estragos nas contas públicas. Esse tipo de ataque às propostas do governo sempre acontece quando o presidente se enfraquece e depende muito do Congresso.

Por isso, mesmo que ele tenha uma vitória no teste de hoje, como tudo leva a crer, isso não o fortalece politicamente. Ele será devedor dessa base e pode ter que enfrentar outra denúncia ou pedidos de impeachment que dormem na gaveta do deputado Rodrigo Maia. Pelo menos se diga do presidente da Câmara que ele tem o mérito de não querer pôr fogo no circo por ambição pessoal. Sua postura é um alívio depois do que se viu com o ex-

deputado Eduardo Cunha no mesmo posto e na mesma situação.

O papel do PSDB na crise atual é lastimável. Essa é a segunda vez em que um presidente do partido é atingido diretamente por denúncia e, em vez de fazer a coisa certa, o partido deixa ao acusado o direito de escolha entre ficar ou sair do comando partidário. Os tucanos aceitaram que Eduardo Azeredo presidisse o partido após o caso do mensalão mineiro, até o dia que quis. E o afastamento do senador Aécio Neves, depois daquela inexplicável conversa com o empresário Joesley Batista, foi apenas temporário e pode ser revertido. Os tucanos não aprendem nada com os próprios erros.

Outros partidos que hoje darão sustentação a um presidente impopular e flagrado em reunião suspeita estão em confronto direto com seus eleitores. Não há saída politicamente boa para o Brasil, mas a permanência do governo não é solução para coisa alguma.

Do ponto de vista da economia, o país ficará agora diante da notícia da revisão da meta fiscal, no mesmo momento em que o presidente pode ser confirmado em seu cargo. É melhor que a área econômica tenha admitido o problema antes da votação.





Muita gente confundirá a meta com o teto. Na verdade, a crise fiscal está piorando por causa da queda da arrecadação e da frustração de receitas, mas os gastos estão respeitando o teto. A percepção geral contudo será que ele aprovou o teto para ele mesmo estourar. Tecnicamente, não é isso. O que está acontecendo é que o governo se impôs uma meta de déficit, um pouco menor do que do último ano, para ir reduzindo gradualmente o rombo que herdou. Mas não está conseguindo. E agora, além de tudo, o presidente está enrolado politicamente por sua única e exclusiva responsabilidade. De novo, as crises política e econômica andam juntas, uma agravando a outra.

## Juízes fazem coro por aumento de 16,3%

*Seguindo o MPF, três associações de magistrados alegam perdas acumuladas e vão ao STF por reajuste*

ANDRÉ DE SOUZA

BRASÍLIA- Os presidentes das três principais associações que representam os juízes brasileiros se reuniram na segunda-feira com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para pedir que seja incluído, na previsão orçamentária da Corte, um reajuste de 16,38% em seus salários. O percentual é o mesmo que já consta de um projeto aprovado na Câmara, mas parado no Senado, aumentando os salários dos ministros do STF de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,32. Para que os vencimentos dos magistrados sejam efetivamente elevados, é preciso que as duas coisas ocorram: a verba seja prevista pelo STF, e o Congresso aprove o projeto. Os ministros do STF ganham o teto do funcionalismo público, fixado atualmente em R\$ 33.763. Nenhum servidor pode receber mais do que isso. Como os salários do Judiciário são vinculados aos dos ministros do STF, um aumento dos vencimentos dos integrantes do tribunal levaria a um efeito cascata nas instâncias inferiores, aumentando os valores pagos aos demais magistrados. Na avaliação das associações de juízes, eles têm perdas acumuladas de 41%.

“INCRÍVEL DESGASTE INSTITUCIONAL”

No STF há resistências ao reajuste num momento de crise econômica no Brasil, a começar pela própria Cármen Lúcia. O ministro Marco Aurélio Mello também é contra elevar os salários na situação atual do país. Segundo ele, um aumento representaria um “desgaste incrível em termos institucionais”. Haverá uma sessão administrativa em 9 de agosto para que os 11 ministros do STF possam discutir o tema. — Uma melhoria do meu subsídio, eu veria com bons olhos, porque a vida econômica é impiedosa, e a gente não dá um passo sem meter a mão no bolso, né? Mas a quadra atual talvez não seja propícia a se pensar na revisão dos subsídios — afirmou Marco Aurélio.

— O momento é de extrema cautela. O país está numa situação muito séria, e precisamos colaborar para sair dessa situação. Segundo o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, uma lei estabelece reajustes anuais nos salários dos magistrados, mas isso nem sempre é respeitado. Assim, as perdas acumuladas chegam a 41%. Veloso participou da reunião com Cármen Lúcia, com os presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça

do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano. O encontro foi publicado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. Segundo Veloso, há pressão dos juízes que integram as associações para obter um reajuste.

Ele também disse Cármen Lúcia prometeu levar o caso para a sessão administrativa do STF, da qual participam todos os ministros. O reajuste de 16,38% é o mesmo pleiteado pelo Ministério Público Federal. — Houve reajuste para todas as categorias. Todas as categorias, entre 2016 e 2017, receberam reajustes. Inúmeras carreiras vão receber mais que juiz federal: consultores legislativos da Câmara e do Senado, auditores do TCU (Tribunal de Contas da União), defensores públicos, delegados da Polícia Federal. É um pleito justo. Se quer sacrifícios apenas dos juízes, enquanto para os outros houve reajuste — afirmou Veloso, acrescentando: — Não se concedeu reajuste para a magistratura alegando a crise. Mas a crise serviu apenas para a magistratura.

JANOT NÃO INDICA FONTE DE REAJUSTE

-BRASÍLIA- A futura procuradora-geral da República, Raquel Dodge, tentou, sem sucesso, transferir para o atual procurador-geral, Rodrigo Janot, a responsabilidade pela indicação de





cortes no orçamento do Ministério Público Federal em 2008 para, a partir daí, justificar um aumento de 16,7 % nos salários dos procuradores da República. Janot disse que não faria qualquer sugestão de corte. Para ele, esta é uma tarefa da futura procuradora-geral e de uma comissão criada semana passada específica para esta tarefa.

— Não vou fazer indicação de corte que suporte os 16%. Já estou avisando que não farei — disse Janot, ontem, na abertura da reunião do Conselho Superior do Ministério Público. Raquel, que não compareceu à reunião, enviou um ofício ao Conselho Superior pedindo para que Janot fizesse a indicação dos cortes da ordem de R\$ 116 milhões, valores necessários para cobrir, só em 2018, o aumento dos salários. A decisão da procuradora não agradou ao atual procurador-geral. Ele argumenta que o país atravessa uma grave crise econômica e um reajuste dessa ordem dependeria de muita negociação.

ALTON DE FREITAS (29-6-2017)



**Decisão.** Ministra Cármen Lúcia ainda não se posicionou oficialmente sobre pedido de aumento

**41%**

É o percentual de perdas acumuladas que as associações sustentam para justificar o pedido de aumento

**6,5%**

Foi a inflação, medida pelo INPC, no ano passado; em junho de 2017, o mesmo índice, considerando os últimos 12 meses, foi de 2,5%

## Meta fiscal de 2018 pode mudar

*Para manter déficit de R\$ 129 bilhões no ano que vem, será preciso elevar mais impostos*

Martha Beck e Geralda Docca

-Brasília- A equipe econômica deve anunciar, já na próxima semana, uma revisão da meta fiscal de 2017. Segundo integrantes do governo, o rombo, de R\$ 139 bilhões, tende a ficar próximo do registrado no ano passado, de R\$ 159 bilhões. Auxiliares do presidente Michel Temer têm defendido que o valor seja maior que o déficit de 2016, podendo chegar a R\$ 170 bilhões. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no entanto, defende que isso não ocorra, pois, mesmo mudando a meta, o governo tem de sinalizar ao mercado que fará algum ajuste fiscal de um ano para o outro.

Junto à meta de 2017, também é possível que seja feita uma revisão do compromisso fiscal de 2018, hoje um déficit de R\$ 129 bilhões. Técnicos da área econômica defendem, porém, que a melhor saída seria tentar manter esse número e apresentar um conjunto de medidas de reequilíbrio fiscal. Entre elas, o adiamento dos reajustes do funcionalismo de 2018 para 2019 e a extinção de cargos vagos não preenchidos. Somente a transferência dos aumentos salariais de um ano para o outro daria um alívio de R\$ 8 bilhões.

Também há intenção de propor a redução de benefícios adicionais pagos a servidores, como auxílio-moradia, uma despesa anual de R\$ 900 milhões. Pelas contas do governo, o total de benefícios adicionais dos servidores dos três poderes somaram R\$ 16,6 bilhões em 2016.

Mas, se o governo optar por não mudar, neste momento, a meta fiscal de 2018, é quase certo que será preciso aumentar outros impostos. O governo acaba de elevar o PIS/Cofins sobre combustíveis. — Para manter a meta de 2018, será preciso aumentar mais impostos — disse um integrante do governo.

O Ministério da Fazenda já avalia, por exemplo, acabar com a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre papéis incentivados, como Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Além de melhorar a arrecadação, a medida ajudará a inibir fraudes.

A Receita insiste ainda em enviar ao Congresso projeto de lei instituindo a cobrança de IR sobre lucros e dividendos. Mas mexer com outros impostos, como elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), poderá prejudicar a expansão do crédito e o crescimento da economia. Subir a Cide não se cogita, porque o governo já elevou o PIS/Cofins sobre combustíveis, e o IPI (Imposto sobre

Produtos Industrializados) não tem uma arrecadação elevada.

Uma das pressões pela revisão da meta deste ano vem da Secretaria-Geral da Presidência da República, comandada por Moreira Franco, responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que quer lançar o Avançar. O programa prevê investimentos de R\$ 56,6 bilhões da União para concluir milhares de pequenas obras que estão paradas em todo o país até o fim de 2018 — o daria visibilidade política ao atual governo no ano eleitoral. Sem ampliar a meta, a ideia será engavetada.

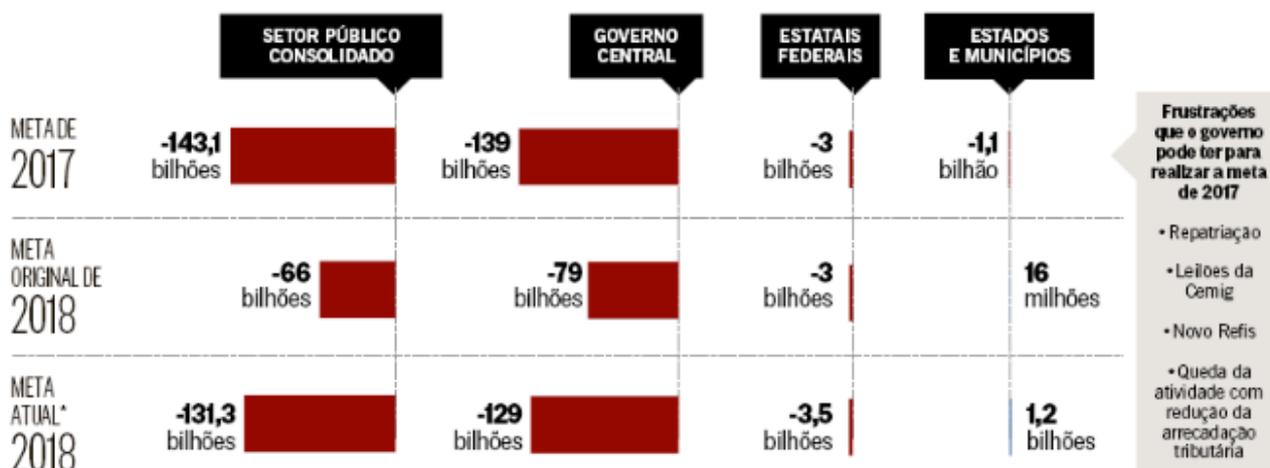
Segundo interlocutores da área econômica, a mudança da meta de 2017 é quase inevitável, uma vez muitas das receitas necessárias para a realização do déficit prometido são incertas. A principal delas é decorrente dos leilões de quatro hidrelétricas da Cemig, que podem render R\$ 11 bilhões aos cofres públicos. As usinas são alvo de disputa judicial entre a União e o governo de Minas Gerais, o que pode atrasar os leilões, previstos para setembro, ou reduzir o valor dos ativos.

Também há incertezas em relação a quanto o governo vai arrecadar com o novo Refis, uma vez que a medida provisória (MP) que cria o regime foi amplamente modificada pelo relator, provocando dúvidas em





## OS NÚMEROS DO GOVERNO



**Frustrações que o governo pode ter para realizar a meta de 2017**

- Repatriação
- Leilões da Cemig
- Novo Refis
- Queda da atividade com redução da arrecadação tributária

### MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL QUE O GOVERNO ESTUDA PARA REEQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS

Adiamento do reajuste dos servidores públicos em 2018

Extinção de cargos vagos não preenchidos

Revisão da concessão de benefícios aos servidores, como auxílio-moradia

Passar a tributar lucros e dividendos e fim da isenção de IR para pessoas físicas que investem em LCI e LCA\*\*

\*Alterado em abril deste ano

\*\*Letras de Crédito Imobiliário e Agrícola

Editoria de Arte

relação ao programa e reduzindo a adesão dos contribuintes. A estimativa original era conseguir R\$ 13,3 bilhões.

Depois de se reunir, em um café da manhã, no Ministério da Fazenda, com os principais integrantes da equipe econômica, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que é importante votar os projetos de reoneração da folha de pagamento e do Refis para que o governo possa descartar "de vez" um aumento de impostos. Segundo Jucá, há uma negociação em curso na Câmara para se chegar a um "denominador comum" em relação ao que o governo quer para o Refis e o relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que

incluiu descontos de até 99% de multa e juros. — Se houver boa vontade de todas as partes, é possível construir uma solução que vote o Refis — disse Jucá.

A essas dificuldades, soma-se uma perda de R\$ 507 milhões devido a ajustes que a equipe econômica teve de fazer no PIS/Cofins de combustíveis. Depois de subir esses tributos para conseguir uma receita extra de R\$ 10,4 bilhões em 2017, a Receita foi obrigada, por uma questão legal, a rever a alíquota do etanol, baixando a arrecadação total para R\$ 9,9 bilhões.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que aumentar o déficit só ampliará o problema das contas

públicas.— Ninguém é maior defensor do ajuste fiscal do que eu, de não mudar a meta. Minha avaliação é que, se a cada ano a gente for mudar a meta, não se discute o problema principal, que são os gastos do governo. Precisamos ter coragem de enfrentar o debate daqueles gastos que não podem ser modificados. O Rio fez tantos gastos irresponsáveis que tem aposentado com três meses de atraso. Nova meta com R\$ 30 bilhões, R\$ 40 bilhões a mais, vai sempre aumentando os gastos do Estado e prejudicando o cidadão — disse Maia. — Se tem uma coisa que a Lava-Jato mostrou é que o Estado está grande demais.

Colaboraram Bárbara Nascimento e Cristiane Jungblut

## Análise

# Para analistas, mudar meta não afeta credibilidade de Meirelles

Ministro é o fiador da política econômica de Temer

**Ana Paula Ribeiro, Chico Prado e João Sorima**

-SÃO PAULO- A possibilidade de revisão da meta fiscal, admitida pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já era esperada pelo mercado financeiro, que não deve reagir mal à decisão, porque os analistas acreditam que a equipe econômica continuará trabalhando para fazer o ajuste fiscal. Na opinião dos economistas, Meirelles manterá sua força no governo e sua credibilidade junto ao mercado, apesar da situação fiscal crítica do país. Para eles, o presidente Michel Temer sabe que o ministro da Fazenda é o fiador de sua política econômica.

Bernard Gonin, analista e gestor da Rio Gestão de Recursos, lembra que uma alteração da meta fiscal já era prevista, uma vez que a equipe econômica realizou os cortes possíveis de despesas e houve uma frustração de receitas, em especial as extraordinárias, o que torna difícil atingir o déficit primário (despesas acima das receitas, sem contabilizar os gastos com juros) de R\$ 139 bilhões. Para ele, essa estratégia é a correta, uma vez que o mais

importante é aprovar medidas que tenham efeito no médio e longo prazo. — Acho que a estratégia é correta, de piorar um pouco a meta fiscal desse ano, mas melhorar a situação dos estados e, em contrapartida, aprovar a idade mínima para aposentadoria. Se conseguir, há uma piora da situação de imediato, mas uma melhora no longo prazo e na perspectiva de solvência da dívida — disse.

Embora a Reforma da Previdência tenha chances reduzidas de ser aprovada após a piora do cenário político, a avaliação dos analistas é que é possível se ter ao menos uma idade mínima. O termômetro para esse otimismo será a votação da denúncia contra Temer na Câmara dos Deputados, prevista para ocorrer hoje. Se a margem de votos favoráveis ao presidente for boa, cresce a possibilidade de aprovação pelo menos desse pilar da reforma que mexe com as regras da aposentadoria.

Essa reforma parcial não é dependente da meta fiscal, que foi fixada no início do ano e é dependente de receitas extraordinárias que não se materializaram. Para Jankiel Santos, economista-chefe do banco Haitong no Brasil, a hipótese de se elevar o rombo não coloca em xeque a credibilidade do ministro.— O

aumento da meta é um procedimento que já vimos no passado, mas o que ocorre hoje é muito diferente. Temos uma sinalização de controle dos gastos que não ocorria anteriormente. Essa é a diferença que o mercado vê. A revisão da meta não é porque se está gastando muito, mas porque há uma estrutura que precisa ser alterada, e as reformas não são aprovadas de forma rápida — avaliou.

## CAPACIDADE DE NEGOCIAÇÃO

O economista Sílvio Campos Neto, da consultoria Tendências, não acredita no enfraquecimento de Meirelles. Ele afirma que o ministro tem a seu favor uma capacidade de negociação política mais eficiente do que os seus antecessores: — Ele tem conseguido entregar conquistas importantes, na medida do possível, considerando os efeitos da crise política. Conseguiu aprovar o teto de gastos por 20 anos, renováveis por mais dez, e a reforma trabalhista. A reforma da Previdência estava encaminhada, mas a crise atrapalhou. O ministro tem também um tino político para negociar que ajuda.

Na avaliação de Julio Hegedus Neto, economista-chefe da consultoria Lopes e Filho, caso ocorra uma mudança na meta fiscal, a alteração será fruto da conjuntura





econômica, e não por falta de esforço da equipe. — A economia não está respondendo como esperado. O ajuste no Brasil é sempre feito pelo lado da receita. Cortar despesa é sempre mais complicado. O espaço de manobra é menor — disse.

Um aumento da meta fiscal tem influência apenas a curto prazo, diz Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora. Mas, em sua opinião, a votação amanhã, na Câmara, vai mostrar a força do governo e pode viabilizar a reforma da Previdência. Já o presidente da consultoria Inter.B, Claudio Frischtak, avalia que a mudança na meta é uma sinalização muito ruim, dado que o país está num cenário de "emergência fiscal". Para ele, o governo deveria criar um plano com todas as medidas possíveis para manter o déficit previsto. — Mudar a meta deveria ser a última medida. Algumas ações poderiam ser simbólicas, como os ministros deixarem de usar jatos da FAB em seus deslocamentos. Outras têm mais efetividade, como o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e o adiamento do reajuste dos salários do funcionalismo público — disse Frischtak.

## Previsão é que programa renda R\$ 680 milhões aos cofres públicos

Martha Beck

-Brasília- Depois de diversas idas e vindas, o governo publicou, ontem, a medida provisória (MP) 793, que cria o Programa de Regularização Rural (PRR). Essa espécie de Refis para que produtores acertem dívidas vencidas até 30 de abril deste ano com Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) é uma das fontes de receita com as quais a equipe econômica trabalha para tentar fechar as contas de 2017. Segundo projeção do governo, o programa vai permitir o ingresso de R\$ 680 milhões nos cofres públicos.

A adesão pode ser feita até o dia 29 de setembro. Será possível escolher entre três modalidades de parcelamento. Uma delas é para o produtor rural pessoa física. Esses contribuintes poderão dar uma entrada de 4%, dividida em quatro parcelas a serem pagas entre setembro e dezembro deste ano. Já o restante da dívida terá redução de 25% nas multas e de 100% nos juros e será dividido em até 176 prestações equivalentes a 0,8% da receita bruta da comercialização rural. A parcela mínima será de R\$ 100.

A segunda modalidade é para contribuintes com dívidas de até R\$ 15 milhões. Neste caso, também haverá uma entrada de 4%, dividida em quatro vezes. E o restante será pago em até 176 parcelas equivalentes a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano anterior (com redução de 25% nas multas e 100% nos juros). Neste caso, no entanto, a parcela mínima não poderá ser inferior R\$ 1 mil.

Já as dívidas acima de R\$ 15 milhões terão praticamente as mesmas condições de pagamento que as dívidas abaixo desse montante. No entanto, a parcela mínima não precisará ser equivalente a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano anterior.

Além disso, o governo mudou a alíquota base do Funrural. Ela foi reduzida de 2% para 1,2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção. Assim, somando-se as contribuições adicionais, a alíquota cheia do Funrural, que valerá a partir de janeiro de 2018, cairá de 2,3% para 1,5%, em linha com o que vinha sendo discutido entre o governo e a bancada ruralista.

Agência Lupa:**Torneira aberta**

Dados orçamentários mostram quanto os deputados que votarão hoje o futuro do presidente receberam em emendas parlamentares desde a denúncia contra Temer.

\*

**R\$ 3,1 BILHÕES PARA 467 DEPUTADOS**

Nos primeiros sete meses deste ano, o governo empenhou R\$ 3,1 bilhões para 467 deputados federais que apresentaram emendas parlamentares, buscando apoio financeiro para projetos que beneficiariam suas bases eleitorais. Os dados oficiais foram levantados pelo Contas Abertas no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

\*

**R\$ 2,34 BILHÕES ENTRE JUNHO E JULHO**

Só nos dois últimos meses, ou seja, desde que a denúncia por corrupção passiva apresentada

contra o presidente Michel Temer chegou à Casa, o governo federal encaminhou aos deputados federais R\$ 2,34 bilhões (75% do total empenhado (reservado) até o momento. Hoje, esses parlamentares estarão entre os 513 que decidirão se o presidente Temer poderá ou não ser processado pelo Supremo.

\*

**DEPOIS DA DELAÇÃO DA JBS**

Houve um salto nos empenhos feitos pelo governo em forma de emendas depois da revelação do conteúdo da delação da JBS, em 17 de maio. Em janeiro, o valor total repassado aos deputados somou pouco mais de R\$ 900 mil. Em fevereiro, R\$ 1,36 milhão. Em março foram R\$ 4,06 milhões, e em abril R\$ 5,32 milhões. Em maio há um salto para R\$ 76,7 milhões.

\*

**PMDB E PT: OS PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS**

No ranking por partidos, o PMDB aparece como o maior beneficiário das emendas empenhadas pelo governo federal nos últimos dois meses. Seus deputados foram contemplados com R\$ 294,4 milhões (12,5% do total). O PT fica em segundo lugar, com R\$ 266,4 milhões em emendas em junho e julho. Na sequência, os partidos mais beneficiados foram PP (R\$ 237,5 milhões) e PSDB (R\$ 208 milhões). Juntos, esses quatro partidos –que têm as maiores bancadas da Câmara– abocanharam quase 43% do total empenhado pelo governo.

\*

**PSL E O APOIO PER CAPITA MAIS ALTO**

A pequena bancada do PSL de apenas 3 deputados federais é a que, proporcionalmente, teve mais emendas empenhadas pelo governo federal nos últimos dois meses. Dois de seus três parlamentares se beneficiaram. Alfredo Kaefer (PR) recebeu R\$ 10,2 milhões em





emendas, e Dâmina Pereira (MG), R\$ 9,3 milhões. Na comparação, o PMDB –da maior bancada da Casa– fica bem atrás. De seus 63 membros, 57 foram beneficiados. Em média, cada um levou R\$ 5,1 milhões em emendas.

\*

#### 16 LEVARAM MAIS DE R\$ 10 MILHÕES

Dezesseis deputados tiveram mais de R\$ 10 milhões em emendas parlamentares empenhadas pelo governo federal nos últimos dois meses. Os deputados Domingos Neto (PSD-CE) e Vitor Valim (PMDB-CE) empatam na liderança do ranking, com R\$ 10,7 milhões. Em seguida, aparece o deputado Cabo Sabino (PR-CE), com 10,6 milhões.

\*

#### E O QUE FEZ DILMA?

Entre dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou

o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, e abril de 2016, quando a Casa efetivamente aprovou seu afastamento, o governo Dilma empenhou R\$ 929 milhões em emendas para deputados federais. Esse valor é 60% menor do que o total distribuído pelo presidente Michel Temer nos últimos dois meses. Em maio de 2016, mês em que Dilma saiu do governo e Temer assumiu como presidente interino, o empenho de emendas totalizou R\$ 3,2 bilhões.

#### OUTRO LADO

Em nota, a Presidência diz que "as emendas orçamentárias de parlamentares têm pagamento obrigatório", que passam "por uma avaliação prévia de admissibilidade no Congresso" e que a metade dos recursos dessas dotações deve ser destinada obrigatoriamente à área de saúde. Ressalta ainda que o empenho não significa imediata liberação e que se trata de valores destinados à "realização de obras essenciais".

## Fazenda tenta conter pressão para rever aperto fiscal e liberar gastos

BRUNO BOGHOSSIAN  
MARINA DIAS  
DE BRASÍLIA

Sob pressão para rever a meta de aperto fiscal e liberar mais recursos para gastos do governo, o Ministério da Fazenda trabalha para conter abaixo de R\$ 10 bilhões o aumento do rombo previsto para o Orçamento deste ano.

A equipe econômica já vê como inevitável a mudança na meta fiscal estabelecida pelo governo, que prevê um déficit de R\$ 139 bilhões neste ano. A avaliação é que será melhor para a credibilidade da política econômica rever a projeção agora do que insistir em um objetivo que é impossível de ser atingido.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, propõe que a expansão do déficit seja a menor possível, suficiente para cobrir alguns gastos, mas capaz de sinalizar ao mercado que o governo mantém o compromisso com o equilíbrio das

suas contas.

Parte do núcleo político do governo Michel Temer, por sua vez, trabalha por um aumento mais ousado da meta, próximo dos R\$ 20 bilhões, que permitiria liberar gastos e abrir espaço para investimentos que estão represados.

Auxiliares do presidente afirmam que o número ainda não está fechado, mas preferem que a revisão permita um alívio mais significativo do Orçamento, que desde o início do ano bloqueou R\$ 45 bilhões dos recursos previstos no Orçamento, prejudicando o funcionamento de serviços públicos e ampliando o desgaste do governo e de Temer.

A Câmara dos Deputados se reúne nesta quarta (2) para analisar a denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público contra o presidente.

A equipe econômica e a ala política do governo concordam que

a meta deste ano tem que permanecer abaixo do déficit registrado no ano passado, de R\$ 159,5 bilhões.

Mesmo a ala política entende que igualar esse número transmitiria a mensagem de que não houve ajuste e daria ao mercado uma impressão de descontrole dos gastos.

Em conversa recente, Meirelles disse a Temer que já recebeu sinais positivos de bancos e economistas que consideram a mudança da meta inevitável e afirmaram que ela não reduziria a credibilidade da equipe econômica.

### FATORES

Segundo integrantes da Fazenda, a dimensão do aumento do déficit será definida a partir da observação de três fatores considerados chave.

Primeiro, o desempenho da arrecadação de impostos em julho e os primeiros indicadores de agosto,





para avaliar se os dados positivos de junho foram só um respiro ou se representam uma trajetória de recuperação sustentável.

Também haverá uma avaliação sobre a possibilidade de reverter mudanças feitas pelo Congresso em projetos que gerariam receitas para o governo, como o programa de regularização de dívidas tributárias e a reoneração da folha de pagamento. O governo contava com o novo Refis para arrecadar R\$ 13 bilhões neste ano, mas seu projeto foi desfigurado pelo Congresso.

Meirelles se reuniu nesta terça (1º) com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para negociar um acordo que permita recuperar parte da arrecadação pretendida pela Fazenda com o Refis.

Maia se comprometeu a discutir

o assunto com líderes e o relator da medida. "Alguns deputados levantaram que nem tudo o que foi acordado com Temer e a Fazenda foi incluído na medida provisória. Vamos analisar", disse.

O governo também articula a aprovação da medida provisória que acabou com a desoneração da folha de pagamento de diversos setores, que só deve valer em 2018.

Se o empenho do governo for frustrado, a equipe econômica admite que poderá ser necessário alterar também a meta fiscal de 2018, que prevê déficit de R\$ 129 bilhões.

Nesse caso, o governo quer fazer uma revisão conjunta das contas, deste e do próximo ano, até 31 de agosto, fim do prazo para apresentação da Lei Orçamentária de 2018.

## Os desafios de uma nova meta

Será muito difícil o governo alcançar a meta fiscal deste ano, um déficit primário de no máximo R\$ 139 bilhões, se a economia seguir lenta, como no primeiro semestre, e a arrecadação continuar decepcionante. Reconhecer o problema e escolher um alvo menos ambicioso poderá ser complicado, política e economicamente, mas talvez seja inevitável. Ainda neste mês o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deverá decidir se uma nova meta para 2017, mais acessível, será submetida ao Congresso. O assunto está em exame, admitiu o ministro. Será conveniente resolver o assunto antes do envio, no fim de agosto, da proposta orçamentária para 2018. Nesse caso, o resultado prometido para o próximo ano também será revisto. Ficará, então, menos ambicioso que o apontado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um saldo negativo de R\$ 129 bilhões. As contas primárias incluem receitas e despesas da administração, mas deixam de lado os juros e a amortização da dívida pública.

Quando o resultado é positivo, o Tesouro consegue pagar pelo menos uma parte dos juros. Se optar pela mudança da meta, o governo terá de enfrentar, como primeira dificuldade, mais uma negociação no Congresso. Poderá ser um arranjo custoso, especialmente se o novo programa incluir, como já indicam fontes da Fazenda, aumento de impostos, diminuição de subsídios e adiamento de reajuste salarial de servidores. Tributar o rendimento das LCI e LCA poderá ser menos difícil que diminuir o crédito do Reintegra, programa de estímulo a exportações de manufaturados. Mas o adiamento do reajuste salarial de funcionários deverá exigir alguma ousadia, embora a medida seja perfeitamente justificável. O mercado, pelo menos internamente, parece preparado para receber a mudança sem grande abalo. Os economistas do setor financeiro e das consultorias conhecem muito bem as dificuldades fiscais do governo. Além disso, reconhecem, de modo geral, o esforço da equipe econômica para ajustar as contas federais e avançar no programa de reformas. Falta ver se as agências de classificação de risco aceitarão uma nova meta,

menos ambiciosa, sem rebaixar, mais uma vez, a nota do crédito brasileiro.

Seus analistas têm as informações necessárias para avaliar os programas do Executivo, mas também conhecem, e este é o ponto mais complicado, os obstáculos políticos a medidas de austeridade. A equipe de governo, de toda forma, deverá considerar todos os possíveis custos de um rebaixamento da meta. Se o governo renunciar a um déficit primário igual ou inferior a R\$ 139 bilhões, deverá pelo menos buscar um resultado melhor que o buraco de R\$ 159,5 bilhões do ano passado. Da mesma forma, o déficit programado para 2018 deverá ser menor que o previsto para 2017 no esquema revisto. Esses pontos, adiantados por fontes da equipe econômica, são mais ou menos óbvios. Ainda será preciso considerar questões mais sérias e desafiantes. Pelas previsões ainda em vigor, as contas primárias só deverão equilibrar-se em 2019 ou 2020.

Só a partir daí sobrá algum dinheiro para os juros. Com isso será possível diminuir o peso da dívida pública, hoje superior a 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa proporção dificilmente passa de 50% em outros países emergentes. O quadro brasileiro é, portanto, muito ruim tanto pelos critérios internos como pelos padrões internacionais. Mas falta definir como ficará o horizonte do ajuste, se as metas deste e do próximo ano forem alteradas. Haverá esforço compensador, a partir de 2019? Talvez seja possível, se a economia ganhar impulso e a arrecadação melhorar muito. Mas em 2019 haverá um novo governo. Também isso será provavelmente levado em conta, como risco adicional, pelas agências de classificação. Se escolher novas metas para 2017 e 2018, o atual governo terá de se contentar com a formulação de um bom programa e com o melhor encaminhamento possível do ajuste. Tudo ficará muito pior, naturalmente, se a reforma da Previdência for travada ou desfigurada no Congresso. Não se deve subestimar o poder da Bancada da Irresponsabilidade Fiscal.

## Meta vai ser revista, mas governo não sabe quando

Integrantes da equipe econômica discordam sobre prazo para revisão da meta fiscal

Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA

O governo vive uma divisão em relação ao prazo para rever a meta fiscal deste ano, que permite gastar até R\$ 139 bilhões a mais do que todas as receitas. Alguns integrantes da equipe econômica defendem que a decisão seja feita até o fim de agosto. Outros, porém, argumentam que o melhor caminho é acompanhar a evolução da arrecadação de tributos e de receitas extraordinárias, atreladas a programas de parcelamento de dívidas e concessões. É consenso na equipe econômica que não há mais como compensar novas frustrações de receita até o fim do ano. Como informou o Estadão/Broadcast, a revisão da meta fiscal deste ano terá como limite o rombo das contas do governo em 2016, de R\$ 159,5 bilhões.

O que mais preocupa de imediato é o Refis (parcelamento de débitos tributários) que foi desfigurado pelo relator da medida provisória que cria o programa, deputado Newton Cardoso Junior (PMDB-MG). Mas como o prazo de adesão vai até fim de agosto, uma corrente do governo acha que

o melhor é rever a meta, se necessário, apenas no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, que será enviado ao Congresso até o fim de setembro. Há riscos também em relação ao leilão das hidrelétricas da Cemig. O governo conta com cerca de R\$ 11 bilhões dessa venda para entrar nos cofres ainda em 2017.

Outra corrente, segundo fontes, avalia que se deveria mudar a meta nas próximas três semanas junto com uma nova meta para 2018, quando for enviada ao Congresso a proposta de Orçamento do ano que vem. Essa corrente até agora tem prevalecido por causa do risco de paralisação da máquina do governo diante da dificuldade de reversão do corte do Orçamento até setembro, de R\$ 45 bilhões. O Tribunal de Contas da União (TCU) dá indicações que não vai deixar o governo rever a meta muito no fim do ano.

Receitas 2018. Se neste ano não existe margem de manobra no caso de nova frustração de receita, para 2018 as possibilidades em estudo são muitas. Entre elas, o adiamento de alguns reajustes concedidos ao salário dos servidores e o fim de algumas desonerações, como o Reintegra que concede crédito para os exportadores de produtos

manufaturados, além de novas altas de tributos, como o fim da isenção do Imposto de Renda para a LCI e LCA, títulos de renda fixa. Segundo uma fonte da equipe econômica, o que ajuda toda essa discussão é que o mercado está bem comportado. O índice Ibovespa fechou ontem no maior nível desde 18 de maio e o risco Brasil não para de cair.

A queda da curva de juros já voltou ao nível de antes de 18 de maio, quando foram divulgadas as denúncias contra o presidente Michel Temer. Contribuem para esse cenário diversos fatores, na avaliação da equipe econômica, como a votação da reforma trabalhista no Senado com o apoio até mesmo de senadores que são contra o governo Temer. Também é visto como ponto positivo o movimento coordenado entre Fazenda, Planejamento e Banco Central a favor da Taxa de Longo Prazo (TLP), que vai substituir a TJLP para os empréstimos do BNDES. O aumento de impostos foi interpretado como demonstração de compromisso com o fiscal, mesmo que a meta não seja cumprida. Mas, se houver revisão da meta, tem de ser bem conservadora, não pode ser uma mudança voltada para abrir os cofres, segundo uma fonte da equipe econômica.

## Judiciário e Legislativo vão estourar teto de gastos em 2019

Idiana Tomazelli  
Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA

Com reajustes já aprovados para servidores e auxílios em valores individuais maiores do que a média no Executivo, as despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU) vão estourar o teto de gastos já em 2019, calcula a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em nota técnica obtida pelo Estadão/Broadcast, que será divulgada hoje. O descumprimento do limite ocorrerá mesmo com a previsão que consta na Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto, de que o Executivo pode compensar parte desse excesso de gastos até 2019.

Nas estimativas da IFI, a margem de compensação ainda será suficiente em 2017 e 2018 para abrigar os aumentos, mas não

bastará em 2019: o governo federal poderá compensar até R\$ 3,367 bilhões, ante R\$ 5,75 bilhões que vão extrapolar o teto. "Apesar de a emenda constitucional prever a compensação, ela tem um limite. Se nada for feito, a margem será insuficiente para evitar que os outros Poderes estourem o teto", afirma o economista Gabriel Leal de Barros, diretor adjunto da IFI. O maior problema desses Poderes é o elevado nível de comprometimento com gastos de pessoal. No Legislativo, 88% do teto vai para essas despesas.

Essa fatia é de 84% no Judiciário e de 81% no MPU. A DPU destina 49% do limite aos gastos com pessoal e benefícios, mas o aumento do número de aposentadorias ao longo dos anos deve sobrecarregar o órgão, que é um dos mais recentes na administração pública. Esses órgãos ainda são conhecidos pelos benefícios generosos. Enquanto a

despesa mensal média com auxílios por servidor é de R\$ 800 no Executivo, a conta fica em cerca de R\$ 1,5 mil no Legislativo e no Judiciário e próxima de R\$ 1,9 mil no MPU. Esses valores complementam os salários dessas categorias, que já estão entre os mais elevados da Esplanada dos Ministérios.

O ajuste nos gastos com pessoal também é essencial no Executivo, segundo a IFI. O governo federal já admite planos de adiar os reajustes salariais aprovados para o funcionalismo e estuda uma revisão nos auxílios e benefícios concedidos a esses servidores. Mas essas medidas não valem para os outros Poderes, que têm independência orçamentária. "O setor público está obeso. Precisa trocar gordura por músculo. A nota toca em uma questão central para todos os Poderes: salários", diz o diretor executivo da IFI, Felipe Salto.

## O ESTADO DA GASTANÇA »

### Governo vai ampliar meta fiscal na próxima semana

*Mudança no Orçamento visa evitar a paralisação de serviços públicos. Deficit projetado para este ano poderá chegar a R\$ 155 bilhões, como antecipou o Correio. Para definir o número, Meirelles quer avaliar disposição do Congresso em aprovar reforma da Previdência*

ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deverá bater o martelo sobre a nova meta fiscal deste ano e a de 2018 na próxima semana, aumentando o deficit previsto nas contas públicas. Ele pretende esperar o resultado da votação da denúncia de corrupção contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados, marcada para hoje, para avaliar a disposição do Congresso Nacional de retomar as discussões da reforma da Previdência e, assim, ter mais previsibilidade em relação às despesas, principalmente, as do ano que vem.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite um rombo de até R\$ 139 bilhões nas contas do governo federal deste ano. O presidente Michel Temer deu o aval para Meirelles fixar as novas metas fiscais. Os números não estão fechados, mas a meta deste ano não deverá ultrapassar um deficit de R\$ 155

bilhões, conforme o Correio publicou no domingo passado. Fontes do governo argumentam que a nova meta não poderá ser maior que o deficit do ano passado registrado pelo Banco Central, de R\$ 159 bilhões. O objetivo fiscal de 2018, que é de um saldo negativo de até R\$ 129 bilhões, deve passar para R\$ 140 bilhões.

Riscos

Meirelles também sofre pressões para liberar verbas do Orçamento o mais rápido possível. Técnicos que acompanham o caixa do Tesouro avisam que o dinheiro acaba no fim do mês e, por conta disso, será necessário afrouxar o contingenciamento de R\$ 44,9 bilhões do Orçamento para evitar a paralisação dos serviços essenciais à população. A Receita Federal, por exemplo precisa de uma suplementação orçamentária. Vários fornecedores estão com os pagamentos atrasados, incluindo o Serpro, estatal de processamento de dados, cujos serviços só não foram cortados porque houve negociação.

“Todos os órgãos da administração pública federal tiveram um contingenciamento muito forte, algo em torno de 45%, e isso vem tendo impacto nas atividades, trazendo muitas dificuldades para o funcionamento dos serviços”, disse o presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno.

Nos últimos encontros com economistas, Meirelles foi bombardeado com afirmações de que a meta deste ano e a do próximo não serão cumpridas. Fontes próximas a Meirelles disseram que ele vem consultando gestores dos maiores fundos instalados no país sobre a alteração da meta fiscal e o que mais tem ouvido é que ele pode mudá-la, sem prejuízo à credibilidade da equipe econômica. Não à toa, ele vem considerando essa possibilidade de mudança — e já mudou o discurso.

Desde 2014, as contas do governo federal fecham no vermelho, algo nada animador para o equilíbrio fiscal e a redução do endividamento público. As despesas crescem enquanto a receita encolhe mês a mês. Para piorar, os gastos com benefícios previdenciários e com pessoal, graças aos reajustes concedidos por Temer no ano passado, consumirão a maior parte das despesas neste ano, porque são as que mais aumentam.

“Infelizmente, a realidade de não aprovar a reforma da Previdência e dos aumentos salariais do ano passado está cobrando seu preço”, resumiu o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, ao comentar a inevitável mudança da meta fiscal. Ele lembrou que a frustração de receitas se acentuou após o agravamento da crise política,





em maio. “Um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que facilmente iria para a casa de 1% será menor, e isso joga a estimativa de arrecadação para baixo, sem falar na frustração com as receitas extraordinárias. Melhor ajustar logo de uma vez do que tentar remediar com soluções que não serão possíveis, especialmente em ano eleitoral”, completou.

O atraso dos leilões de quatro usinas hidrelétricas da Cemig, que, pelos cálculos da Fazenda, podem render R\$ 11 bilhões, contribuirá para a frustração de receitas neste ano. Outro valor que está contabilizado e pode não se concretizar é a do Novo Refis, de R\$ 13 bilhões, devido às alterações feitas no projeto de lei pelo relator, deputado Newton Cardoso (PMDB-BA), que reduz a arrecadação para menos de R\$ 500 milhões.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, estima um déficit de R\$ 148 bilhões neste ano e crescimento de 0,3% no PIB. “No ano que vem, será mais difícil cumprir a meta sem a reforma da Previdência. A emenda do teto

será mais apertada, porque será o equivalente à inflação acumulada em 12 meses até junho, que foi de 3%. Isso vai fazer com que, inevitavelmente, o governo corte despesas com saúde e educação, que estão incluídas nos gastos não obrigatórios, porque não poderão suspender os aumentos salariais já concedidos”, disse.

#### **BC confirma: Selic vai cair**

Após reduzir a taxa básica de juros (Selic) de 10,25% para 9,25% ao ano, o Banco Central (BC) voltou a sinalizar que pode promover novo corte de um ponto percentual em setembro. As indicações foram apresentadas na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, divulgada ontem. A equipe de Ilan Goldfajn demonstrou menor preocupação com o andamento das reformas no Congresso Nacional, o que pode facilitar o processo de redução de juros. A mudança de tom do colegiado em relação a aprovação das medidas de ajuste fiscal foi perceptível para os analistas. Na ata de maio, o Copom citou a palavra “incerteza” 17 vezes. No documento de ontem, o termo apareceu oito vezes.

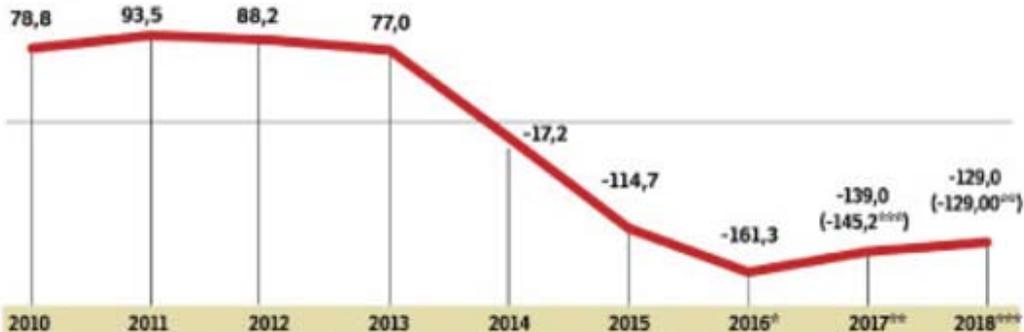




## No vermelho

O governo vem colecionando déficits porque gasta mais do que arrecada, uma vez que o Estado não cabe nas receitas

### RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL Em R\$ bilhões



<sup>a</sup>valor revisado pelo Tesouro Nacional após a revisão dos cálculos dos prejuízos com o Fies. Antes, o déficit era de R\$ 209,5 bilhões, pelas contas do Banco Central. Pelas contas do Tesouro, o rombo tinha sido de R\$ 154,2 bilhões.

<sup>bb</sup> Metas atuais na LDO

<sup>ccc</sup> previsão da mediana do mercado coletadas no Protona Fiscal

### ROMBO CRESCENTE

Veja como foi o desempenho das despesas no primeiro semestre de 2017  
Valores em R\$ bilhões – atualizados pelo IPCA até junho/2017

	Receita líquida	Despesa total	Resultado primário
2016	564,7	602,5	-37,8
2017	549,5	605,6	-56,1

### OTIMISMO

Parâmetros macroeconômicos da LDO ainda precisam ser atualizados, o que poderá frustrar ainda mais a receita e comprometer as metas fiscais deste ano e do próximo

### DADOS DA LDO

Item	2017	2018
Variação do PIB (em %)	0,5	2,5
Selic (% ao ano)	9,3	9,0
IPCA (% ao ano)	4,2	4,5
Câmbio (reais por dólar)	3,3	2,4

### PARÂMETROS DO MERCADO

Dados do boletim semanal focus

Item	2017	2018
Variação do PIB (em %)	0,3	2,0
Selic (% ao ano)	8,0	7,75
IPCA (% ao ano)	3,4	4,2
Câmbio (reais por dólar)	3,3	3,4



Fontes: Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Senado Federal, Ministério do Planejamento e Banco Central.

PucRiu/CB/DIA Press

### **Sindicato notifica Planejamento após notícias sobre adiamento do reajuste**

O documento, protocolado nesta terça, 1º de agosto, aponta crime de responsabilidade e violações ao direito adquirido e ao preceito constitucional da irredutibilidade de vencimentos, entre as ilegalidades da medida. O Sindicato lembra que o reajuste de 27,9% – 5,5% em 2016; 6,99% em 2017; 6,65% em 2018 e 6,31% em 2019 – foi uma proposta do Ministério do Planejamento

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) pede que o Ministério

do Planejamento se posicione a respeito das notícias que apontam possível adiamento do pagamento das parcelas de 2018 e 2019 do reajuste salarial dos servidores públicos. A notificação extrajudicial foi protocolada nesta terça-feira, 1º de agosto. No documento, a entidade aponta as ilegalidades e inconstitucionalidades da medida.

Consagrado pela Lei 13.327/2016, o reajuste de 27,9% em quatro anos – 5,5% em 2016; 6,99% em 2017; 6,65% em 2018 e 6,31% em 2019 – foi uma proposta do próprio Planejamento. “O servidor não pode ser penalizado por ter confiado no governo”, declara Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical.

A notificação aponta que a omissão na execução da Lei 13.327/2016 caracterizaria, inclusive, a prática de crime de responsabilidade. “Afinal, não é facultado ao administrador cumprir ou não a lei. A observância de dispositivo legal constitui imperativo do Estado Democrático de Direito que, dentre outros aspectos, como no caso em tela, visa a proteção ao abuso e ao desvio de poder estatal”, reza trecho do documento.

O texto também destaca as violações ao preceito constitucional da irredutibilidade de vencimentos estabelecido no artigo 37, inciso XV, da Constituição da República (CR) e ao direito adquirido previsto no artigo 5º, inciso XXXVI, CR.

Compartilhe: